

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 7

# REVOLTAS e REVOLUÇÕES



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1985

25 DE ABRIL DE 1974:  
UMA REVOLUÇÃO IMPERFEITA

Analisar o derrube da ditadura quase cinquentenária, ocorrido em 25 de Abril de 1974, numa perspectiva de «revoluções portuguesas comparadas», como resulta do projecto em boa hora levado a cabo pela *Revista de História das Ideias*, não é tarefa simples.

Em primeiro lugar, pela sua actualidade. De certa maneira, ainda é a revolução do 25 de Abril que estamos a viver. Daí que me tenha remetido de preferência à análise dos acontecimentos pré-constitucionais, adoptando uma periodização formal mas segura. Julgo assim ficar ao abrigo de qualquer mudança na natureza da revolução que se venha a verificar, implicando novas interpretações. Não será pertinente recordar que a revolução liberal de 1820 só pode ser bem entendida pelos eventos da guerra civil subsequente e pela vitória de 1834? O título «uma revolução imperfeita», destina-se, pela sua ambivalência, a cobrir a falta de perspectiva histórica.

Em segundo lugar, porque, tratando-se de um trabalho para ser publicado na *Revista de História das Ideias*, sempre se há-de querer saber quais as doutrinas e as influências que presidiram à movimentação revolucionária. Em termos interrogativos: a revolução de 25 de Abril de 1974 é a última das transformações europeias da série inaugurada com a derrota militar dos regimes autoritários conservadores no decurso da II Guerra Mundial, ou ela é a anunciadora de outro ciclo de revoluções?

Para responder a essas dificuldades, optei, com certa singularidade, por colocar em evidência a grande novidade da revolução (\*)

(\*) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

## *Revoltas e Revoluções*

do 25 de Abril, a qual é, o papel desempenhado pela estratégia da instituição militar no derrube da ditadura, na descolonização, nas mudanças sociais e económicas, no estabelecimento do poder local e das autonomias regionais. Sobretudo acentuei a sua capacidade para pilotar o trânsito entre o derrube da ditadura e o estabelecimento de um regime constitucional de democracia política. Mas uma revolução conduzida por um «corpo de Estado» teria que ser imperfeita pela necessidade de equilibrar as rupturas com uma linha de continuidade institucional.

Ora, uma revolução conduzida por um corpo de Estado e não por grupos sociais ou por partidos políticos com vocação insurreccional é matéria mais do que suficiente para dar aos acontecimentos de Abril de 1974 um lugar singular na história das revoluções.

Disso mesmo já se aperceberam muitas Universidades estrangeiras que promovem consecutivos seminários, colóquios e conferências sobre a revolução do 25 de Abril, o que demonstra o conteúdo universal da história contemporânea de Portugal e a possibilidade de tornar matéria tão actual objecto histórico analisável.

Entre nós não tem sido fácil às universidades anexar tal matéria de estudo. Como digo no vestibulo do livro *Ensaio Histórico sobre a Revolução de 25 de Abril*:

**«....a história da contemporaneidade não usufrui de completa dignidade académica. Fora alguns exemplos meritórios e corajosos de universitários portugueses que se dedicaram cientificamente a temas do século XX (principalmente respeitantes à compreensão da I República e à sua queda), a maior parte da produção científica sobre a sociedade portuguesa contemporânea tem sido obra de sociólogos, geógrafos ou politólogos. Os historiadores parecem evitar a contemporaneidade talvez por avaliarem, no seu justo alcance, a utilidade marginal de tal esforço».**

Este último aspecto foi ultrapassado pelo critério da *Revisita de Histórias das Ideias* ao resolver incluir, nos volumes dedicados ao tema «Revoltas e Revoluções», o 25 de Abril de 1974, o que constitui valioso estímulo aos historiadores da contemporaneidade.

### **I. A ORIGINALIDADE DA REVOLUÇÃO DO 25 DE ABRIL**

De uma maneira geral a instituição militar alheou-se dos regimes políticos em Portugal e a sorte destes foi-lhe indiferente. Basta mencionar o trânsito entre a Monarquia constitucional e a República para evidenciar esta asserção.

Subordinada ao poder político da monarquia constitucional, a instituição militar, saída do «Exército Libertador» vencedor da guerra civil contra os miguelistas terminada em 1834, não a defende e estabelece de imediato boas relações com a República implantada em 1910, boas relações que se irão manter pelo menos até à eclosão da I Guerra Mundial e aos movimentos do general Pimenta de Castro em 1915 e de Sidónio Pais em Dezembro de 1917.

O mito de que as Forças Armadas tiveram um comportamento caracterizado por uma série de pronunciamentos durante todo o séc. XIX e princípios do séc. XX não resiste a uma análise histórica. Desde o último acto de Saldanha em 1870, aliás esporádico e efémero, que a instituição militar não tinha qualquer interferência significativa na vida política portuguesa. Mesmo as reacções ao «ultimatum» inglês têm uma expressão eminentemente civil.

Por outro lado, as intervenções militares na sociedade portuguesa, durante o séc. XX, e apenas considerando as intervenções de carácter institucional, tiveram todas características diferentes entre si.

Para caracterizar estas diferenças basta analisar as atitudes das Forças Armadas face aos diferentes regimes políticos que vigoraram em Portugal neste século. Desde a efectiva subordinação das Forças Armadas à Monarquia constitucional, ao seu alheamento no trânsito entre a monarquia e a república em 1910, passando pelo aproveitamento castrense da doutrina militar da 1.<sup>a</sup> República até ao desentendimento visível com o regime parlamentar republicano, após o início da I Guerra Mundial, que iria culminar no movimento de 28 de Maio de 1926, vários são os comportamentos da instituição militar. Mas de uma forma geral pode-se detectar um continuado alheamento face à natureza do regime político.

O movimento de 28 de Maio foi precedido por um lento processo de fortalecimento da unidade de intervenção da instituição militar no domínio político, ocorrido entre 1918 e 1926. Para tal unidade muito contribuiu a forma como a instituição militar passou a ser olhada «de fora», nomeadamente por certos intelectuais como André Brun, Fidelino Figueiredo, Fernando Pessoa e os próprios «Seareiros», cuja revista, logo nos primeiros números, inclui colaboração de vários militares, entre os quais Gomes da Costa.

De facto, o período que se estende entre 1919 e 1926 será caracterizado por uma intervenção cada vez mais institucional dos militares contra o Partido Democrático.

Porém, essa intervenção dos militares contra o Partido Democrático nem sequer tinha um objectivo anti-republicano